

ESPAÇO URBANO, FAMÍLIA E STATUS SOCIAL
O **novo** operariado baiano nos seus bairros

Michel Agier¹

1. INTRODUÇÃO

Empírica e teoricamente, não há somente um espaço de referência que possa, por si só, circunscrever a posição social do novo operariado em Salvador. Há uma pluralidade de situações relacionais imbricadas em que se formam os vários fragmentos de sua identidade social. Se a fábrica, a cidade e a nação são espaços necessários de referência para entender a formação de uma classe cujo peso local depende em grande parte de sua especificidade profissional, do seu número **localmente crescente e da** existência de um "novo operariado" ao nível nacional (cf. Guimarães e Agier, 1990; Castro, 1988 esses espaços mantêm relações dialéticas com os espaços da casa, da vizinhança da casa, e do bairro (Althabe, 1987). Sem serem menos econômicos e políticos que os primeiros, esses outros espaços trazem determinantes específicos na configuração dos "traços" da identidade social do novo operariado baiano. A casa é um espaço onde o trabalhador é ou vai ser chefe de família, devendo desempenhar, com isso, um certo papel econômico definido no código das relações familiares. A vizinhança é um quadro onde se tecem e se reproduzem relações familiares e extra-familiares de solidariedade, trocas de obrigações e poderes, envolvendo numerosas despesas. O bairro funciona como signo de posição social na sua relação simbólica com os outros bairros, e pode ser metodologicamente "reconstruído" como um "reduto" social que tem sua própria linguagem de classificação dos indivíduos e das famílias. Estudar as famílias do novo operariado baiano nos seus bairros de residência remete globalmente ao seu envolvimento no amplo domínio econômico do consumo. Isolável como um "sistema de signos" (Barthes,

¹ Pesquisador-visitante do ORSTOM. (Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération) no Centro de Recursos Humanos da UFBa. Uma primeira versão desse texto foi apresentada ao Seminário: "Nordeste, o que há de novo?", Natal, novembro de 1988.

Baudrillard, Veblen, etc), esse domínio foi considerado por Weber como o lugar por excelência onde se mostram os "grupos de status". Contra a tendência "realista" de Weber (os grupos de status seriam realidades, distintas das classes sociais), Bourdieu, (1966) sugere uma abordagem "nominalista": não há práticas simbólicas e outras não-simbólicas; há práticas de todas as ordens cuja análise *decide* focar o aspecto simbólico. Reconstruindo metodologicamente uma "ordem propriamente cultural" como esfera relativamente autônoma do conhecimento, a análise pode considerar cada prática, qualquer que seja, como um símbolo cujo significado é dado por sua relação com outros símbolos. Logo, os grupos de status — que remetem a esse aspecto simbólico das práticas e relações sociais — não são uma "parte" da realidade, mas, tanto quanto as classes, uma objetivação das práticas.

Os grupos de status se expressam em "maneiras de estar", maneiras de usar os bens disponíveis característicos de uma condição social, isto é, na terminologia weberiana, em "estilos de vida" mais ou menos "prestigiosos" e "honrosos". As práticas residenciais formam um conjunto de comportamentos em que se mostra a "maneira de estar" no espaço urbano. Além do mais, se a residência é o "fato consumado" a mobilidade residencial é o fato "se construindo". Pode-se ver nela como um caráter objetivo de uma condição de classe (as "condições de vida"), se constrói: construção vivida pelos atores como uma "escolha", carregada, de imediato, de todos os seus componentes objetivamente distintivos, simbólicos. Analisar a mobilidade residencial é, portanto, analisar os determinantes da modificação de um fragmento (urbano) de status, vivido individualmente, mas analisável coletivamente, a partir das nítidas regularidades estatísticas que a soma dessas práticas individuais apresenta. Isso permite verificar, num caso específico, como a formação da nova classe operária baiana é *simultaneamente* a formação de um novo grupo de status¹.

2. RESIDÊNCIA E MOBILIDADE RESIDENCIAL DOS TRABALHADORES DO PÓLO PETROQUÍMICO

A relação entre a residência e o emprego evidencia-se, de imediato, na existência de uma forte mobilidade residencial dos trabalhadores depois de ingressarem no Pólo. Essa mobilidade envolve os dois terços dos trabalhadores, mas ela não se realiza imediatamente: ela é praticamente nula no primeiro ano de empresa e muito pequena antes que

¹ Os dados que serão usados nas análises a seguir provêm de três fontes: 1) Dados colhidos em duas empresas petroquímicas do Complexo de Camaçari, usando aqui apenas os itens relativos à residência dos trabalhadores; uma empresa é estatal e emprega 1.070 trabalhadores; a outra, privada, tem 876 assalariados. 2) Observações diretas num sub-bairro dentro do bairro da Liberdade, em Salvador, incluindo uma pesquisa com questionário em 58 casas de três "avenidas". 3) Levantamento de trajetórias profissionais, residenciais e familiares de 25 trabalhadores das indústrias de ponta, moradores desse mesmo sub-bairro.

o trabalhador alcance dois anos de empresa (ver Tabela 1). Essa "barreira" de dois anos coincide com o período de adaptação imposto por várias empresas que o consideram um período probatório no qual não se faz qualquer promoção. Para o trabalhador, é também o prazo necessário para acumular algum dinheiro e conseguir a confiança da empresa. Objetivamente, a "estabilidade" que se adquire depois de dois anos é a condição para afiançar os empréstimos bancários que permitirão comprar um apartamento ou construir uma casa. A maioria dos trabalhadores parece "incorporar" esse prazo de espera, durante o qual eles devem provar sua competência e boa vontade profissionais.²

A partir do terceiro ano, as mudanças passam a ser estatisticamente mais significativas (33% dos que têm de dois a três anos na empresa já mudaram). Depois o fato se amplifica regularmente até alcançar o ápice entre os assalariados mais antigos: daqueles que têm mais de quinze anos de empresa, somente 2,9% ainda moram na mesma casa que ocupavam quando do ingresso.

Tabela nº 1: Mobilidade residencial e tempo de empresa

TEMPO DE EMPRESA	NENHUMA MOBILIDADE		MOBILIDADE NO MESMO BAIRRO		MOBILIDADE PARA UM OUTRO BAIRRO		TOTAL	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
0 a 1 ano	201	95,3 94	4	1,9 16	6	2,8	211	100
Mais de 1 a 2 anos	74 63	67	12,6 11		17	13,4	127	100
Mais de 2 a 3 anos	.64	46,4	11,7 28		20	21,3	94	100 138
Mais de 3 a 5 anos	235	24,1 36	20,3		46	33,3	100 976	
Mais de 5 a 10 anos	14,2 2	2,9	160	16,4 30	581	59,5	100 253	
Mais de 10 a 15 anos	695	37,2	11,9 11		187	73,9	100	
Mais de 15 anos			16,2		55	80,9	68	100
Subtotal			260	13,9	912	48,9	1.867	100
Sem especificação							79	1.946
Total								

Fonte: Dados levantados em duas empresas do Pólo Petroquímico — Pesquisa ORSTOM/CRH, 1967.

A mobilidade residencial cresce principalmente pela mudança *para um outro bairro* que não o de origem (essa taxa vai aproximadamente de 20% entre os trabalhadores mais novos a 80% entre os mais antigos), enquanto a mudança de residência *no mesmo bairro* é sempre fraca (entre 12% e 20%). Isso sugere que a mobilidade residencial não é apenas uma mera modificação do quadro material da organização familiar, mas que é também uma expressão das necessidades objetivas

² "A ruptura" operada na trajetória social dos trabalhadores por mudanças decisivas do quadro urbano (sobretudo quando se trata de acesso à propriedade imobiliária) pode ser relacionado com outras rupturas marcantes nas histórias de vida: a conclusão do Z grau e/ou de uma formação profissionalizante; o fato de alcançar uma especialização valorizada ou uma "profissão" que permita o acesso a uma carreira relativamente estável e ascendente; o casamento e o nascimento do primeiro filho; o engajamento sindical etc. A acumulação dessas "rupturas" em biografias individuais, num espaço de tempo relativamente reduzido (entre um e cinco anos) acaba por configurar um "segmento" relativamente homogêneo e diferenciado, tanto do resto da mão-de-obra das novas indústrias quanto dos outros segmentos da sociedade baiana. Esse segmento passou o período probatório de aceitação das regras sociais de funcionamento da fábrica, e é o portador do maior número de marcas de diferença social e simbólica da categoria (cf Agier, 1990).

de modificação dos "estilos de vida", articuladas com o processo geral de urbanização da cidade e da Região Metropolitana. A "escolha" do novo bairro, questão que a grande maioria das famílias trabalhadoras se colocou ou vai se colocar, contém um aspecto simbólico e coletivo que ultrapassa as "intenções" e "decisões" tomadas individualmente, acabando por configurar uma parte do status de segmento sócio-profissional analisado aqui.

Os dois lados da cidade

Em seu processo de urbanização, Salvador tem tendido a "virar as costas" à baía que foi o seu antigo cenário. Esse "lado" da cidade — o "lado da baía" — está simbólica e economicamente mais e mais desvalorizado, enquanto o lado leste, oposto, espraiado ao longo da orla marítima — o "lado da orla" — se valoriza mais e mais³.

No lado da baía, há uma população mais pobre e de cor mais preta; há habitações precárias; serviços coletivos insuficientes; há sujeira nas ruas mal asfaltadas e com sistema de esgoto saturado ou ausente; montes de lixo acumulados nas entradas dos becos; há a invasão dos Alagados na enseada; desmoronamento de casas nas encostas das colinas em tempo de chuva; usam-se os termos de "periferia" e "marginal" para designar a população que ali mora. Há também traços do antigo e do velho: o Centro Histórico, as velhas indústrias baianas na Península de Itapagipe; e as lembranças das fontes da riqueza antiga da cidade: o porto e os bancos.

Essas imagens e realidades, passadas e presentes, acumuladas, compõem um quadro imaginário que funciona como um pólo negativo.

³ Essa oposição "lado da orla"/"lado da baía" é social e simbólica, e não geográfica nem urbanística. Partimos do aspecto simbólico (as significações unidas ao espaço urbano) para entender a relação entre a mobilidade social e a mobilidade residencial. Esse simbólico constrói-se em cima de usos e imagens do espaço. Nesse quadro, pode-se salientar a dualidade do espaço urbano baiano: a cada lado, são unidos alguns usos e algumas imagens dominantes. Sendo assim, os termos de "baía" e "orla" usados aqui para traduzir essa dualidade não devem ser tomados ao pé da letra em termos geográficos ou urbanísticos. Por exemplo: a baía geográfica tem um trecho que borda os bairros ditos "finos" da cidade (Vitória, Graça, Barra); mas esses bairros se integram, na dualidade simbólica da cidade, ao lado da "orla" embora eles tenham uma história diferente dos bairros que compõem a orla marítima definida nos limites urbanísticos. Por outro lado, há várias "exceções" dentro de cada lado simbolicamente definido: algumas invasões nos espaços residuais do "lado da orla": bairros de classe média tradicional no "lado da baía" (Ribeira, Monte Serrat). Porém, em ambos os casos, as tendências do desenvolvimento urbano atual não contradizem, e pelo contrário confirmam, a dualidade baía/orla: eliminação das invasões do lado da orla, modificação da composição sócio-econômica dos antigos bairros "finos" que vão se aproximando, em termos sociais e habitacionais, dos novos modelos da orla; empobrecimento dos antigos bairros de classe **média do lado da baía, etc. Em breve**, enquanto as realidades urbanas apresentam várias diferenças internas a cada "lado". essa dualidade simbólica, recuperando a realidade dos usos e das imagens dominantes num tipo específico de "relação simbólica" permeando o espaço urbano, atua na formação subjetiva dos principais fluxos de mobilidade residencial.

Em termos sociais, raciais, arquiteturais, de equipamentos urbanos, de saúde pública, etc, esse lado recebe o valor negativo em cada ítem da comparação com o resto da cidade.

Entre os trabalhadores do Pólo, os bairros desse "lado" da cidade, expressam a mais forte queda no que concerne à residência: 44,6% da mão-de-obra morava ali, quando ingressou na empresa; 27,3% mora nesse lado agora (ver Tabela 2).

Paralelamente, a cidade reorienta-se para o lado do "novo", mais aberto para o Oceano e o sol levante. O lado da "orla" é um espaço urbano de serviços coletivos mais abundantes e de melhor qualidade, de maior lazer praiano, e de moradias mais confortáveis e seguras. Nesse lado, encontram-se e se desenvolvem os mais luxuosos "shopping centers" e centros empresariais; experimenta-se uma nova arquitetura com intenções "pós-modernas". A referência habitacional é feita de imóveis e condomínios protegidos. Todo um mundo de porteiros, zeladores, "office boys" e empregadas domésticas — todos de cor — compõe o duplo necessário desse espaço de classes visíveis; necessidade essa que remete tanto ao funcionamento das casas quanto à configuração objetiva de um "estilo de vida" distinguido.

As vantagens materiais de morar nesse lado da cidade são óbvias. Os ganhos simbólicos também, pelo fato de partilhar o espaço com uma população globalmente de pele mais clara e de condição econômica nitidamente melhor. Morar nesse lado significa o direito de conviver com a riqueza e de recuperar individualmente o status social globalmente associado a esse espaço urbano.

Na mobilidade residencial dos assalariados do Pólo, os bairros desse "lado têm um saldo positivo global de 23,3% (passando de 27,5% no momento do ingresso para 33,9% no momento atual).

Destacam-se, enfim, espaços "intermediários", tais como o bairro de Brotas e seus arredores (de "baixa classe média"), e sobretudo a periferia urbana do "Miolo", espaço de urbanização recente da cidade e o mais próximo do Pólo (bairros e conjuntos de Cabula, Beiru, Pau da Lima, Mussurunga, etc). A rápida urbanização desta zona do "Miolo" se faz, principalmente, pela construção de vastos conjuntos habitacionais, que permite às camadas de rendas baixas e médias tornarem-se proprietárias. Esses espaços intermediários realizam, de uma maneira geral, o compromisso entre uma lógica de mobilidade social, que procura objetivamente desfazer-se das marcas simbólicas da pobreza urbana, as possibilidades objetivas dadas pelo nível de renda e a oferta de moradia na cidade. Comparando a residência no momento do ingresso nas empresas com a residência atual, a zona periférica do "Miolo" teve o maior saldo positivo entre todas as zonas da cidade (97,1%). Globalmente, os espaços "intermediários" (Brotas e arredores, e Miolo) passam de 17,7% das residências no momento do ingresso, para 26,2% atualmente.

Caminhos urbanos da mobilidade social

Diferenças significativas, no que concerne às situações urbanas de origem e à mobilidade residencial, aparecem entre os estratos inferiores e superiores da mão-de-obra.

Os membros ou descendentes das classes média e alta, que se encontram entre os "colarinhos brancos" das empresas (a parte superior dos "estratos superiores" representados na Tabela 2), não vivenciam uma ruptura decisiva de meio social urbano quando chegam no Pólo. Com efeito, mais da metade desse estrato já morava no "lado da orla" antes de ingressar nessas empresas.

No entanto a moradia nesse lado da cidade cresce de uma maneira acentuada entre os estratos superiores: 24,9%. Esse aumento é devido à chegada de trabalhadores oriundos do lado mais pobre da cidade. Esses trabalhadores compõem o "baixo" dos estratos superiores: Operadores III, Supervisores de Turno, Mestres eletricitistas ou mecânicos, etc, que experimentaram rápida ascensão sócio-profissional (alcançando os últimos degraus da carreira profissional possível para um operário) e, ao mesmo tempo, vão compondo a substância do fluxo residencial que leva do lado "negativo" ao lado "positivo" da cidade. Eles realizam, assim, de uma maneira nítida, uma ruptura no quadro de vida urbana. A mesma ruptura se realiza, embora de uma maneira mais fraca e menos "acabada", entre outra parte desse "baixo" dos estratos superiores que dirige sua mobilidade residencial para os espaços "intermediários", principalmente para bairros que já eram de "baixa classe média" (Brotas e arredores). Eles interrompem assim, no "meio do caminho", o percurso de mobilidade sócio-residencial, como fazem os estratos inferiores, estes de maneira ainda mais óbvia.

Nos estratos inferiores, os fluxos de mobilidade residencial parecem mais lentos, mais difíceis de realizar-se. A saída do "lado da baía" é forte (— 34,3%), mas um terço dos trabalhadores desses estratos ainda permanecem aí. Enquanto aguardam uma mudança para o outro lado, ou para o "Miolo", eles ficam em apartamento alugado, ou em casa cedida ou dividida com parentes. Outros compraram ou receberam (por herança ou por casamento) a casa onde moram, no meio urbano onde cresceram e se socializaram e no qual dispõem de redes sociais e familiares antigas, como veremos mais adiante. Os seus "investimentos" simbólicos se concentram, então, no aspecto exterior e interior da casa (reforma, construção de andar, garagem, mobiliário da sala, etc.)

Porém a saturação fundiária que existe nesse lado da cidade, bem como a escassez de equipamentos e serviços coletivos locais, se chocam com a possibilidade — mesmo limitada — de pensar em alcançar uma re-classificação social e simbólica. Por conseguinte, o deslocamento para a periferia de conjuntos habitacionais de camadas de rendas baixas e média do "Miolo", se torna tendencialmente a solução mais prática e rápida para ajustar as necessidades de status com as possibilidades dadas pelas rendas reais e a política urbana.

Tabela 2: Mobilidade residencial segundo os estratos hierárquicos e de renda na empresa

ESPAÇOS URBANOS	TOTAL*			ESTRATOS INFERIORES*			ESTRATOS SUPERIORES*		
	Residência ao Ingresso	Residência atual	Saldo	Residência ao Ingresso	Residência atual	Saldo	Residência ao Ingresso	Residência atual	Saldo
LADO DA BAIÁ (Centro Histórico, Liberdade, São Caetano, Ilapagipe, Subúrbio Ferron)	44,6%	27,3%	-38,8%	49,9%	32,8%	-34,3%	30,1%	12,7%	-57,8%
LADO DA ORLA (Baía, Rio Vermelho, Pituba, Boca do Rio, Piauí, Itapuá)	27,5%	33,9%	+23,3% 1-	18,8%	22,7%	+20,7% +	51,1%	63,8%	+24,9%
ESPAÇOS INTERMEDIÁRIOS (Brotas, "Miolo")	17,7%	26,2%	48,0%	19,4%	29,3%	51,0% -	12,9%	18,0%	+39,5% —
FORA DE SALVADOR	10,3%	12,5%	+21,4%	11,9%	15,1%	26,9%	5,9%	5,5%	6,8%

Fonte: Dados levantados em duas empresas do Pólo Petroquímico Pesquisa ORSTOM-CRH, 1987.

"Devido ao caráter incompleto de algumas fichas do pessoal levantadas nas duas empresas-amostra, há uma diferença nos totais absolutos entre os dados referentes à "residência no momento do ingresso" (Total absoluto: 1.879) e "residência atual" (Total absoluto: 1.928), e há 18 fichas sem nenhuma informação sobre a residência. Portanto os saldos foram calculados a partir das percentagens.

Os estratos (inferior superior) foram construídos tendo como base quatro "grupos" definidos a partir da observação da organização do trabalho (cf Projeto "Regime fabril e formação de classe" CRH).

1) Integramos nos "Estratos inferiores" da Tabela acima os três primeiros grupos, isto é:

— Grupo I: "Trabalho que não envolve nenhuma habilidade técnica especial e é executado sob orientação de outrem" (ex.: Auxiliar de Serviços Gerais, Ajudante de Laboratório ou de Operação, Auxiliar de Produção ou de Manutenção).

— Grupo II: "Trabalho que exige alguma formação escolar, requer ou não habilidade especial, executado sob a orientação supervisão de outrem" (Ex: Digitador, Almojarife, Operador de Processo I, Analista I, Instrumentista I, Operador de Máquina, Auxiliar de Segurança Industrial).

— Grupo III: "Trabalho que requer habilidade técnica, alguma formação escolar, responsabilidade sobre bens, executado sob supervisão de outrem" (ex.: Secretária, Técnico de Contabilidade, Operador de Computador, Inspetor de Segurança, Técnico de Laboratório II, Operador de Processo II, Instrumentista II e III, Mecânico II e III).

2) Nos "Estratos superiores" da Tabela 2, consideramos os trabalhadores do quarto grupo, isto é:

— Grupo IV: "Trabalho que exige formação escolar, habilidade técnica e responsabilidade de supervisão" (ex: Analista Químico III, Projetista III, Operador de Processo III, Supervisor de Turno, Chefe de Turno, Coordenador de Produção, Auxiliar Técnico de Manutenção, Mestre Eletricista ou Mecânico; Gerente Administrativo ou Comercial, Economista, Engenheiro).

A mobilidade residencial para as cidades próximas ao Pólo (Camaçari sobretudo) é relativamente fraca, e nula no caso dos estratos superiores. No total, 87,4% dos assalariados das duas empresas referidas aqui moram em Salvador⁴. Os estratos inferiores vão um pouco mais que os outros para Camaçari. Mas isso não chega a configurar uma tendência forte e significativa. O que pode parecer a priori como um fracasso dos projetos oficiais de desenvolvimento urbano-industrial da

⁴ Segundo os dados do COPEC de 1986, 71,7% dos trabalhadores do Pólo moram em Salvador e 14,9%, em Camaçari (Pinho, 1989:19).

área do Pólo, torna-se um elemento coerente de uma estrutura de **repartição** urbana da mão-de-obra industrial, pelo menos quando se toma a Região Metropolitana de Salvador como universo de referência.

A Região Metropolitana, criada em 1974, é um "território" político e econômico, que gira em torno do desenvolvimento das indústrias dinâmicas. Quatro municípios da RMS, além de Salvador, abrigam as instalações industriais recentes do Complexo Petroquímico (Camaçari), do Centro Industrial de Aratu (Simões Filho) e da Petrobrás (Candeias, São Francisco do Conde). Mas a grande maioria dos trabalhadores contratados nas empresas dessas três unidades mora em Salvador (83,8% em 1981) e é transportada para as empresas por um sistema particular de transporte que "recolhe os passageiros praticamente à porta da casa" (CONDER, 1982). Enquanto isso, a área urbana em volta das empresas, principalmente Camaçari, acolhe uma população migrante (em 1980, 46% da população de Camaçari era formada por migrantes), oriunda de áreas sub-desenvolvidas e sem experiência de trabalho industrial, à procura de um emprego subcontratado e precário (Pinho, 1989). O rápido crescimento "favelado" de Camaçari só se entende como parte de uma repartição sócio-residencial das várias categorias da mão-de-obra das novas indústrias no conjunto da Região **Metropolitana**: 61% dos trabalhadores subcontratados **do Pólo** Petroquímico moram em Camaçari, cidade onde 90% dos habitantes têm uma renda familiar que não ultrapassa três salários mínimos (Castro, 1988:29).

Parar, no meio, do caminho urbano da mobilidade social e participar, dessa maneira, do crescimento ultra-rápido da zona periférica do "Mio-lo", parece ser uma trajetória "típica" dos estratos inferiores da mão-de-obra contratada do Pólo. Na criação dessa nova periferia, se configuram novos quadros urbanos de vida familiar, caracterizados por uma nova homogeneidade de condição econômica, e de trajetória profissional, social e residencial entre as famílias.

3. CASAS, FAMÍLIAS E STATUS SOCIAL NA LIBERDADE

A abordagem monográfica de um bairro se justifica por ser um exercício preliminar (um pré-texto) permitindo entender como, de uma **maneira** geral, o meio social urbano "problematiza" uma classe social. Pelo fato de situar-se numa esfera organizada, mais obviamente, em **volta da** "reprodução", essa abordagem pode-dar conta, com mais nitidez, da formação de status que está em jogo nas trocas sociais e econômicas, pelas quais as famílias do novo operariado baiano entram em relação com os outros grupos e classes da cidade. Ela permite entender como um meio social urbano carregado de passado, de símbolos e de redes sociais inclusivas como é o bairro da Liberdade — problematiza o novo operariado, e como este "resolve" a questão da sua posição social nesse bairro ou fora dele.

O bairro da Liberdade urbanizou-se a partir do início deste século, ao longo de uma linha de bonde — hoje extinta — que seguia a antiga

estradas por onde, no passado, entraram em Salvador as tropas da Independência. Antiga área periférica, o bairro está agora completamente integrado ao tecido urbano central, se bem que se use ainda chamá-lo, às vezes, de "periferia", marca de distância mais social que espacial.

A Liberdade tinha, em 1984, uma população estimada em cerca de 100.000 habitantes. É uma área de baixa renda, considerada como um "bairro da classe trabalhadora", ou "bairro operário" e "negro". Sua população ativa se compõe principalmente de trabalhadores subalternos de empresas tradicionais (porto, comércio, indústrias alimentícias etc) e, recentemente, de indústrias "dinâmicas" (petróleo, química, metalurgia): em 1980, 18,1% da população ativa do bairro trabalhava na indústria de transformação, enquanto, no conjunto-da cidade, essa taxa era de 14,7%. Encontram-se também pequenos e médios funcionários públicos, trabalhadores do comércio, artesãos e empregados domésticos.

Segundo os dados da nossa pesquisa, 5,7% dos trabalhadores contratados do Pólo moravam nesse bairro no momento do seu ingresso na empresa, o que colocava a Liberdade entre os bairros de maior concentração da mão-de-obra. Uma pesquisa da CONDER, realizada em 1981, sobre o transporte de trabalhadores, - encontrou uma taxa de 8% de assalariados do COPEC e do CIA morando no bairro, o que representava a maior taxa de residência operária (CONDER, 1982).

A condição social dos trabalhadores assalariados das novas indústrias da Região Metropolitana, quando relacionada ao resto da população desse bairro — e não ao conjunto da cidade —, coloca-os globalmente nas faixas mais altas em termos de salários e de acesso aos direitos sociais. A reclassificação social dos "novos operários" residentes no bairro, leva-os a várias estratégias, todas determinadas pelas relações entre suas condições e posições de *trabalhadores* e de *moradores*. Para desvendar os vários determinantes urbanos das suas práticas e "lutas" simbólicas em torno do status, é preciso buscá-los nos quadros e nas representações da "localidade" e da "socialidade" do bairro.

Elementos de identidade local

O sub-bairro do "Largo" ocupa um pequeno espaço (aproximadamente três hectares e 2.000 habitantes) do vasto conjunto do bairro da Liberdade. Sua "representatividade" advém de suas características sócio-econômicas, habitacionais e culturais e do fato de ser, como os outros sub-bairros da Liberdade, um meio social com coerência e identidade próprias.

Como nas demais partes da Liberdades, a existência de uma rua de "entrada", partindo da rua principal, sugere um lugar "fechado". Essa sugestão se repete nas entradas dos "becos", "vilas", "avenidas" e outros corredores de acesso pedestre às casas, que formam uma rede densa em redor da praça central desse sub-bairro.

Algumas linhas imaginárias delimitam o sub-bairro do Largo, Nomear diferentemente os arredores define um "centro", um "nós", distintos dos "outros". O próprio nome do local é distinto daquele dos mapas da cidade, este último correspondendo ao nome dado do exterior: corresponde ao nome do bar que ficava na esquina da "entrada", antigo ponto de parada do bonde. Oposto a esse nome externo, o nome produzido do interior olha para dentro; ele se refere ao espaço central (geográfica e socialmente) do local; o largo, lugar de trocas comerciais e sociais, ponto de encontro, de jogo e de festas

Da mesma maneira, os espaços menores são nomeados por termos que formam um "saber" local que é quase inacessível aos de fora da "comunidade" (poucos aparecem no mapa). Cada nome remete a um fragmento da história local; "Beco do Sabão", porque havia uma fábrica caseira de sabão no fundo daquele beco; "Vila Gradil". porque aquela entrada era fechada por uma grade; "Avenida da Bomba". porque, antes da instalação da rede de água nas casas, havia ali a bomba d'água que alimentava o bairro; etc. Outros nomes remetem a nomes de pessoas e famílias que foram os antigos proprietários das travessas e dos cortiços.

Nesses atos autônomos de nomear, expressa-se uma produção de identidade, acumulada pela história do bairro. O uso desses nomes, e o saber correspondente a eles são marcas de uma continuidade "quase-étnica" da identidade adscrita a esse espaço. Quando, hoje, políticos vêm procurar votos nessa população, fazendo apelos "à comunidade do Largo...", ou "comprando" votos, financiando festas, etc.. nos limites desse espaço-comunidade, eles recriam (mesmo que seja para seus próprios fins eleitorais) essa identidade local.

Relações de parentesco envolvem moradores em vários pontos do bairro. Com o desenvolvimento dos ciclos familiares, algumas casas antigas se desdobraram em vários domicílios, os sibling procurando ficar perto uns dos outros. Outras famílias atraíram parentes — principalmente genros — vindos de outros locais, ajudando-os a instalarem-se na vizinhança. Redes familiares, mais ou menos extensas, permeiam

⁵ É interessante notar a analogia dessa dicotomia nominal com a que se dá frequentemente nos etnônimos. onde há um nome dado pelos "outros" (outras etnias ou colonizadores) e um outro dado pela própria etnia: A "leitura" étnica do bairro pode prosseguir para explicar não somente a importância das fronteiras para a definição do grupo ou da identidade "contrastiva" pela qual ele existe em sociedades plurais (Barth 1969), mas explicar também a sua identidade encaixada" (Cardoso. 1980), o que nos remete simultaneamente a uma definição "interna" e externa" (Adams. 1989): os vários nomes de sub-bairro operam uma primeira diferenciação interna (ser do Pero Vaz, da Avenida Peixe, do Japão, etc), que ceda espaço ao nome do bairro. Liberdade, na relação com o resto da cidade (diferenciação externa"): a não ser que, como acontece também nas realidades étnicas, um local, tal como se fosse um subgrupo, ocupa uma posição dominante na imagem e na estigmatização do bairro (ou da etnia) e mantém seu nome próprio, como acontece com o nome "Curuzu" locus central da negritude que marca o bairro todo.

assim o espaço do bairro. Embora as genealogias dos membros dos grupos domésticos ultrapassem os limites do sub-bairro do Largo, há ligações genealogicas entre as casas locais, que tecem o quadro de fundo das trocas quotidianas. O local não corresponde estritamente a uma organização familiar, mas é um espaço "familiarizado". O parentesco — real ou simulado nas maneiras de relacionar-se e de nomear vizinhos amigos — bem como as formas institucionalizadas e "figuradas" de apadrinhamento, estruturam boa parte das redes sociais do Largo, fornecendo o código "privado", relacional, das representações e das praticas do espaço (Agier. 1990b).

A vida "comunitária é outra fonte de identidade para a população do Largo. O campeonato de futebol de salão, que se desenrola durante vários meses na quadra do largo central, envolve cerca de 300 participantes, repartidos em 15 equipes, sendo nove sediadas no próprio sub-bairro e seis em outros locais do bairro da Liberdade. O fato de essas últimas equipes serem explicitamente "bem vindas" expressa o reconhecimento de que elas são "de fora".

A mesma centralidade se manifesta nas práticas religiosas. A casa de Umbanda, instalada no próprio largo central, é famosa no bairro por atender adeptos vindos "de longe" e pertencendo às camadas superiores da sociedade urbana.⁶ O mesmo ocorre com o pequeno terreiro de Candomblé de Caboclo (também situado no perímetro do largo) e com outras casas-de-santo menores, que se espalham pelas travessas e avenidas: todos pretendem atrair pessoas de fora. baseados nas redes pessoais e no prestígio dos seus pais e mães-de-santo.

Mas o mais "identificador" se encontra, talvez, nas "turmas" — antigos grupos de amizade nos quais todas as confidências são feitas e onde se conferem os apelidos que nomeiam as pessoas, onde se fazem as "brincadeiras e se encontram ajudas, onde circulam as informações sobre empregos e "biscates" e se joga futebol, dominó, damas ou baralho, onde se organizam blocos carnavalescos e quadrilhas de São João. Essas "turmas" têm lugares preferidos de encontro, demarcando, assim, o espaço com a memória de suas histórias. Objeto predileto da "sociografia das redes" e das análises, interacionistas, justamente porque condensam práticas não contempladas pelas abordagens convencionais das estruturas sociais globais, as "turmas" podem ser analisadas como um caso empírico de rede definida "por sua ancoragem num ponto particular das estruturas sociais" (Hannerz, 1983: 226)

A formação das equipes de futebol de salão do bairro do Largo é uma tradição específica dessas "turmas". As equipes (aproximadamente 20 pessoas inscritas para cada uma) se formam a partir de

⁶ Conta-se, no bairro, que a mãe-de-santo dessa casa enriqueceu muito rapidamente graças à generosidade de alguns fregueses. Dizem também que foi através desses adeptos bem posicionados que ela conseguiu empregos para seus filhos: um num serviço público e um outro numa empresa do Pólo.

um núcleo inicial de três ou quatro pessoas que constituíram turmas antigas (algumas datam do início dos anos sessenta). Essas turmas desenvolvem, além dos jogos de futebol, várias outras atividades: organização de passeios, "babas" e jogos de voleibol na praia, grupos de Samba, quadrilhas juninas e blocos carnavalescos.

A partir dos dados sobre 12 equipes (as 9 do próprio Largo e 3 de seus arredores), podemos identificar, em sete casos, os "pontos das estruturas sociais" onde esses grupos se ancoravam: dois são o produto de relações de trabalho na mesma empresa (sendo uma a Petrobrás) reforçadas ou ampliadas por relações de vizinhança; um é formado por um núcleo de cinco (antigos) colegas da mesma escola; três são o produto de relações de parentesco (núcleos de dois ou três irmãos) ampliadas na vizinhança; um vem de uma relação nascida por contigüidade residencial. Em cinco casos as equipes foram formadas por "amigos de infância" ou "colegas que batiam baba na quadra", que remetem à convivialidade da socialização no bairro. As "torcidas" das equipes são formadas por vizinhos, colegas, parentes, "primas e namoradas".

As "turmas" são redes sociais plurifuncionais. As suas manifestações "públicas" (como a formação de equipes de futebol num torneio) permitem observá-las e situá-las na descrição do sistema local de relações sociais. Mas essas manifestações são apenas ocorrências particulares da funcionalidade dessas turmas. Elas apresentam outras manifestações, menos visíveis, que garantem a sua funcionalidade global na organização da vida social do bairro e das vidas individuais dos seus moradores. É esse tipo de constatação que leva Hannerz a analisar o conjunto da cidade, no final das contas, como "a rede das redes" (Hannerz, 1983).

Como no caso da "familiarização" do espaço pelas relações de parentesco e aliança, as "turmas" expressam a existência de um uso "privado" — isto é, vivido em termos relacionais, afetivos e morais — dos espaços estruturados nos quais se formam (família, empresa, escola) e de uma integração igualmente "privada" no espaço do bairro onde se consolidam, amplificam e atuam. Num jogo complexo de simetria, essas redes podem voltar aos "pontos das estruturas sociais" onde elas (ou outras) se ancoraram, quando, por exemplo, atuam como meio de informação ou de apoio na busca de um emprego.

A inserção dos "novos operários" no bairro se manifesta pela sua presença nessas turmas (como veremos mais adiante) e pelo fato de terem adquirido, ao longo da trajetória familiar, os vários saberes "quase-étnicos" e os códigos "quase-familiares" do local. Estes últimos permeiam a estrutura hierarquizada das posições sociais no bairro, como passaremos a ver agora.

A REPRESENTAÇÃO LOCAL DAS POSIÇÕES SOCIAIS

A configuração sócio-econômica do Largo corresponde, grosso modo, à do conjunto da Liberdade. Dois terços dos grupos domésticos

têm renda que não ultrapassa cinco salários mínimos (dados de abril 1988), o leque de variação raramente ultrapassando dez salários mínimos. Os que estão em atividade são empregados na prestação de serviços (empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras), estivadores do Porto, mestres e serventes da construção civil, pequenos empregados do comércio (vendedores de loja, bancários), comerciantes e artesãos autônomos, trabalhadores contratados e subcontratados dos estratos inferiores do Pólo Petroquímico, do Centro Industrial de Aratu e da Petrobrás. As rendas superiores se encontram entre alguns dos pequenos patrões artesãos, negociantes (proprietários de apartamentos alugados no bairro ou sócios de pequenos negócios da construção civil), transportadores, e parte dos assalariados contratados das indústrias "dinâmicas".

Por sobre essa repartição das rendas e dos empregos, os sujeitos produzem sua própria descrição da hierarquia social local, que se configura também como um sistema de relações entre os vários status classificados pela descrição.

Há, em primeiro lugar, as "famílias do largo", que moram no perímetro da praça central e nas suas ruas adjacentes. São casas de famílias antigas, descendentes de comerciantes e de funcionários públicos médios. Certas casas mostram nas suas fachadas, graciosas, mas freqüentemente deterioradas, os anos de sua construção: 1920, 1930. Algumas famílias transformaram totalmente suas casas antigas entre os anos 1940 e 1960. Nelas moram, agora, várias gerações de uma mesma família em casas de dois ou até três pavimentos ou ocupando domicílios contíguos nos antigos quintais das casas. Alguns proprietários (por herança ou casamento) de casas de famílias antigas se tornaram pequenos locatários imobiliários: imóveis, geralmente de três pavimentos, foram construídos para negócio nos anos sessenta, no perímetro do largo central. O mesmo aconteceu também em ruas adjacentes e em algumas "avenidas" ou travessas melhor providas.

Descendentes dos "grupos de status intermediários" da Bahia da primeira metade deste século (Azevedo, 1959), essas "famílias do largo" são tradicionalmente vistas como as mais abastadas. Elas ocupam a posição dominante na hierarquia local, mesmo se, de fato, todas elas não se encontram mais no alto da escala econômica. Sua posição social foi constituída através de práticas familiares, imobiliárias e relacionais no âmbito local. Toda "família do largo" se caracteriza pelo fato de poder agrupar um conjunto de siblings e suas respectivas famílias elementares numa casa só ou num alinhamento de casas contíguas. Além do mais, os grupos domésticos são ampliados por "agregados" e filhos de criação, um dos meios utilizados de dominação política — na assistência ou na "caridade" — sobre os elementos mais pobres da parentela ou da rede local de sociabilidade.

Essas famílias têm descendentes geralmente "bem formados"; alguns são engenheiros, professores, médicos, saídos do bairro para o "lado da orla" sem desfazer, entretanto, os laços sociais com os

quais suas histórias familiares os ensinaram a reproduzir as posições sociais superiores.

Enquanto as "famílias do largo" ocupam (ou ocupavam) as casas-da-frente, as avenidas do bairro se formaram nos "quintais-da-casa". Entre essas, a terminologia local distingue a posição social inferior de "famílias carentes das avenidas". Nos meios mais pobres, as famílias de renda mais baixa são geralmente chefiadas por mulheres e os chefes de família ocupam os empregos mais "informais", mais precários ou menos qualificados; isto é, empregos desvalorizados no mercado de trabalho, que impedem qualquer estabilidade profissional ou de renda.

Nessas avenidas de "famílias carentes", dois elementos se relacionam regularmente com o fato da casa ser chefiada por mulher: 1) a extrema pobreza do grupo doméstico, ou seja, a impossibilidade da existência social da casa considerada apenas a renda monetária adquirida no mercado de trabalho; 2) a proximidade espacial e a intervenção permanente de uma rede de parentes localizados fora da casa.

Há, nessas casas e em redor delas, uma distribuição das funções familiares (residenciais, reprodutoras, socializadoras) cujo quadro é o espaço familiar inclusivo. A implicação dos outros estratos sociais na "sobrevivência" das casas pobres do bairro se dá através das redes familiares e das várias formas de proteção das casas (apadrinhamento, laços "de consideração", circulação das crianças acolhidas como "filhos de criação"). Logo, há uma repartição objetiva dos poderes sobre a casa e seus filhos, que se faz nas relações, vitais, entre os grupos domésticos pobres e matri-centrados e seu espaço familiar e extra-familiar localmente disponível.

A posição das "famílias carentes das avenidas" na estrutura das relações sociais do sub-bairro do Largo se define, pois, a partir da sua condição "social desvalorizada e a partir das redes e dos valores pessoais e familiares. Estas redes permitem-nas "negociar", entre as relações familiares e de patronagem, sua sobrevivência em troca de dependência e de reprodução do status dominante das casas que as sustentam. É o domínio do "código da casa" na sua maior abrangência (Da Marta, 1985).⁷

Nas redes de proteção é dependência das "famílias carentes", encontram-se várias famílias do grupo "intermediário" da hierarquia social do Largo. Nesse último grupo, "bancários", "comerciários", "doqueiros", "marinheiros", "pedreiros", e outros trabalhadores relativamente estáveis nas atividades assalariadas de baixa e média renda, artesãos e comerciantes autônomos, chefiam famílias que são ditas "equilibradas".⁸ Fora da pobreza, localizadas entre o alto e o baixo

⁷ Os quatro parágrafos precedentes apresentam, de uma forma muito resumida e esquematizada, as análises desenvolvidas em outro texto sobre as famílias (notadamente as casas matri-centradas) de uma das avenidas pobres desse bairro (Agier, 1990b).

⁸ Esse qualificativo se refere tanto ao desenvolvimento estável dos ciclos familiares, quanto ao nível de consumo ou à inserção no mercado de trabalho.

da hierarquia de status, essas famílias moram também em avenidas. Mas essas são mais largas e têm casas de maior conforto; travessas e vilas nas quais se vêem casas de mais de um andar, às vezes carros na entrada.

Os seus grupos domésticos são auto-suficientes e eles se encontram em proporção significativa entre os padrinhos e madrinhas das "famílias carentes". Nestas últimas casas, eles têm também parentes (irmãs, mãe, sobrinhos) junto aos quais eles cumprem "obrigações de ajuda. Seu status social se sustenta num equilíbrio difícil entre a proximidade da pobreza (nas suas histórias pessoais e familiares, e nas suas relações familiares e extra-familiares atuais) e o afastamento dela e de todas as marcas de "exclusão" da sociedade de classes que ela concentra.

Se a pobreza das "famílias carentes" é o domínio das classes "invisíveis" (Santos, 1988:13) e da invenção permanente de novos usos das relações sociais, a problemática das "famílias equilibradas das avenidas" é de consolidar sua presença entre as classes 'visíveis' de modo a situar-se do lado da "cidadania" — nessa dicotomia observada e pensada pelos próprios sujeitos, nas suas relações com as instituições da sociedade global, entre a cidadania e a exclusão. A possibilidade de usar apelações ocupacionais para designar as pessoas ("doqueiros", "comerciários" etc), significando integração social, é uma

Nessa mesma problemática se situam as estratégias familiares que diferenciam as famílias "equilibradas" das "carentes". Famílias mais estáveis, profissional e economicamente, têm maiores possibilidades de desenvolver ciclos familiares completos e, portanto, de conseguir "normalizar-se" e institucionalizar-se. O casamento oficial (civil e religioso) ocorre na trajetória matrimonial dos homens desse grupo intermediário do bairro, não tão como uma prática familiar propriamente dita, mas como um símbolo da relação entre o "ego" masculino e a sociedade global, entre a sua família e o Estado. É, em breve, uma prática de "cidadania". Esse elemento propriamente político se incorpora à formação do status social. Isso se traduz, estatisticamente, numa relação direta entre o tipo de união conjugal e o nível da renda do homem chefe de família, como podemos verificar através de um levantamento em três avenidas do bairro, destacando os 33 homens chefes de família, sua renda pessoal e sua situação matrimonial.

O que aparece nesses dados, é, em primeiro lugar, a importância das tentativas de estabelecer a institucionalização das uniões: 26 entre 33, ou seja, quase 80% dos homens se casaram. Mas aparece também uma forte instabilidade dessas situações oficializadas, instabilidade essa que toca principalmente os homens de renda inferior. Nas situações matrimoniais atuais, não há nenhum casado oficial na faixa de rendas até 1 salário mínimo; eles são 36,4% na faixa de 1 a 3 salários mínimos, 43% na faixa de 3 a 5 salários mínimos, e finalmente 60% na faixa das rendas superiores a 5 salários mínimos.

De uma maneira nítida, a estabilidade do casamento oficial cresce com o nível da renda. O relativo êxito profissional e econômico dos

chefes de família dos grupos intermediários do bairro se desdobra e se consolida num "êxito" matrimonial. Este, por sua vez, confere um reconhecimento legal à família fundada na figura do "homem provedor" e acrescenta um elemento político à formação do status do trabalhador chefe de família.

Tão logo se começa a ascender socialmente, têm início as "lutas" simbólicas para afastar-se da condição social de pobreza. Esse "jogo" de posições se organiza objetivamente por referência à pobreza, tratada como refúgio (Bourdieu, 1966:24). A problemática das "famílias equilibradas das avenidas", que ocupam a posição intermediária na classificação hierarquizada das casas do bairro, se dá num jogo penoso de adscrição social que oscila entre os símbolos da pobreza e da classe média.

Ambos os termos, "pobreza" e "classe média", são ao mesmo tempo vagos no plano das condições sócio-econômicas (até que limite superior de renda se é pobre? A partir de que patamar de consumo se é da classe média?) e fortes em termos de demarcação de status. A pobreza, presente nas redes sociais e familiares das classes populares em busca de estabilidade e ascensão social, e também simbolicamente presente na sua memória: lembrança de um estado combatido, rejeitado, mas ainda inscrito no universo das possibilidades (em tempo de crise, pode-se "recair" nela). Ao nível da sociedade global, a pobreza é representada como um estado de exclusão, uma posição de não-cidadãos, guardada nas "classes invisíveis".

Por outro lado, a "classe média" se impõe como um modelo urbano de consumo, de uso do espaço (residencial e lúdico) e de participação política. Ela monopoliza a produção dos signos de distinção social e da fala política, enquanto a pobreza se concentra nas lutas de sobrevivência econômica e no mutismo público.

E a partir dos grupos intermediários e de sua problemática de classificação social que se pode entender a posição das famílias trabalhadoras do novo operariado no bairro.

STATUS SOCIAL E IDENTIDADE LOCAL DO NOVO OPERARIADO

Quando se fala, no bairro, das "famílias equilibradas dos industriais", se apontam em geral as casas dos trabalhadores das indústrias dinâmicas". Ser um "trabalhador do Pólo"⁹ é uma maneira de identificação social, distinta das outras "classes" definidas pela terminologia social do local.

Essas famílias de trabalhadores das novas indústrias têm muitas ligações diretas — familiares ou amicais — com pessoas do grupo "intermediário" apresentado acima. Por serem geralmente oriundos

⁹ Mesmo que seja nos estratos inferiores designados acima (Tabela 2: auxiliares de produção, de serviços gerais, operadores de processo I e II, auxiliares de segurança industrial, instrumentistas, eletricitistas etc).

Tabela 3: Composição dos grupos de dependentes declarados à empresa, por estratos hierárquicos e de renda na empresa

POSIÇÃO DOS DEPENDENTES EM RELAÇÃO AO TRABALHADOR	ESTRATOS INFERIORES		ESTRATOS SUPERIORES		TOTAL	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Esposa/Companheira	819	24,1	367	28,5	1186	25,3
Filho(a)	2116	62,2	814	63,1	2930	62,5
Mãe	214	6,3	54	4,2	268	5,7
Pai	59	1,7	14	1,1	73	1,6
Outros parentes	158	4,6	31	2,4	189	4,1
Outros dependentes (não parentes)	36	1,1	9	0,7	45	1,0
Total dos dependentes	3402	100,0	1289	100,0	4691	100,0
Total dos trabalhadores	1413		533		1946	
Tamanho médio dos grupos de dependentes	2,41		2,42		2,41	

Fonte: Dados levantados em duas empresas do Pólo Petroquímico — Pesquisa ORSTOMCRH, 1987.

desse grupo de status "intermediário", eles partilham com ele uma mesma simbologia do status social, dominada pelas figuras referenciais da pobreza e da classe média.

Em termos de organização familiar, nota-se uma amplificação do processo de diferenciação estabelecido pelo grupo intermediário. Um certo "tipo" de organização doméstica se destaca na comparação dessas novas famílias trabalhadoras com as casas dos outros "grupos" do bairro. Diferentes das famílias extensas do "alto" (família nuclear, agregados e filhos de criação, às vezes junção de várias famílias nucleares); e diferentes das famílias "parciais" (Azevedo, 1966), chefiadas por mulher, das avenidas mais pobres; as casas dos trabalhadores das novas indústrias baianas apresentam alguns "traços" homogêneos. A seguir resumiremos esses traços.

1) Essas famílias se compõem geralmente do casal com poucos filhos (dois ou três entre os mais jovens, até cinco ou seis entre os mais velhos); os agregados são raros, fora da acolhida, às vezes, da mãe do chefe de família. É portanto um tipo de família conjugal simples (pai, mãe, filhos) que prevalece nessas casas, diferenciando-se do seu ambiente local.

Os dados levantados nas duas empresas petroquímicas já referidas confirmam, desse ponto de vista, as observações feitas no bairro da Liberdade. As famílias dos trabalhadores têm um tamanho médio de 3,4 pessoas, e a composição dos grupos domésticos (apreensível a partir do conjunto dos dependentes declarados às empresas) mostra a predominância da família nuclear (esposas e filhos representam 87,8% dos dependentes) e o pouco peso dos agregados. Interessante é notar ainda que a presença da mãe e dos "agregados" em geral diminui quando se passa dos estratos inferiores para os estratos superiores da empresa, indicando que a eficácia do "modelo individualista" é mais determinante que o efeito mecânico do aumento da renda monetária (esse aumento podendo, em outros "modelos", suscitar um aumento paralelo dos "agregados").

O "tipo" familiar, que parece funcionar como referência para os trabalhadores do bairro estudado aqui, se encontra mais realizado nas camadas superiores da sociedade baiana — que não se encontra no seu bairro, mas nas suas empresas.

2) O grupo doméstico se auto-sustenta. Isso o distingue das famílias mais pobres e o afasta um pouco de um referencial importante do bairro; a "familiarização" da estrutura social. Esses grupos continuam a participar das trocas monetárias e de serviços de seu círculo familiar, mas esse tem menos eficácia na vida quotidiana das casas. De fato, a empresa ocupa (através da concessão de "salário indireto") um espaço que era (na história familiar) ou que é (em outras famílias) ocupado pelas redes familiares e locais: empréstimo de dinheiro, acesso à casa própria, cuidado dos filhos de baixa idade, saúde familiar, etc.

3) Nesses grupos domésticos, a figura do "homem provedor" está relativamente mais realçada do que nos grupos inferiores. O status social dos trabalhadores é reforçado por seu status familiar honroso.

4) A oficialização do casamento se realiza sistematicamente, e as casas dão a aparência de abrigar famílias estáveis, "equilibradas" e encaixadas na legalidade.

5) Embora a representação sobre o trabalho da mulher—inspiradas nas regras locais da honra — sugira que a atividade feminina fora da casa é uma "vergonha", contradizendo a figura do homem "provedor", outros discursos e práticas se desenvolvem. Ao discurso "da honra" — pelo qual a mulher "não precisa (mais) trabalhar" — se opõe um discurso "reivindicativo". Neste último, a mulher pode "dar uma força", ela pode mesmo participar substantivamente no orçamento familiar. Essa atitude se refere explicitamente às condições de trabalho do homem, a suas competências profissionais e às necessidades criadas pela passagem para um novo estilo de vida, em breve necessidades e justificativas que se formam no ambiente fabril¹⁰.

6) Outros fatos "novos" aparecem, como, por exemplo, o fato de ter e querer poucos filhos para poder responsabilizar-se por uma família cujo tamanho seja condizente com o salário atual e com o previsto na carreira do trabalhador; ou, ainda, o fato de pensar em "projetos de vida" para a família. Esses incluem, além dos projetos "demográficos" já mencionados, programações de consumo de bens duráveis e semiduráveis, projetos residenciais, e projeções profissionais para os filhos. Essas últimas projeções são forjadas na experiência "moderna" do pai e incluem também a previsão da formação escolar e profissional necessária para alcançá-las.

A simples existência de "projetos familiares" distingue essas famílias das suas vizinhas, mais pobres ou de inserção sócio-profissional mais frágil, que vivem de urgências e não têm a mesma "disponibilidade" para inserir a imagem da sua própria representação futura na formação presente do status social da família.

Todos esses fatos e pensamentos ditos em torno da família são simultaneamente, no contexto das relações sociais e da hierarquia dos status nesse bairro, as marcas simbólicas da "distinção" e da identificação do segmento do novo operariado baiano que ali vive.

As diferenças constituídas por suas condições sócio-profissionais, por suas práticas familiares, pela existência entre eles de um referencial de "classe" e uma ênfase individualizante adquirida nos espaços sociais de trabalho, tudo isso determina a "estranheza" de sua posição social no bairro. Estranheza que se expressa no fato de que, do ponto de vista de suas rendas, eles alcançam (e às vezes, ultrapassam) as famílias do "alto" da hierarquia do bairro, enquanto não há, no bairro e

¹⁰Uma indicação da repartição dessas duas atitudes opostas é dada pelos números extraídos de 25 estudos de trajetória de trabalhadores do novo operariado, moradores do bairro. Sendo 18 casados, 10 têm esposas que trabalham (9 como assalariadas fora de casa — professoras do primário e secundário, auxiliares de enfermagem, escriturárias, vendedoras de loja; e uma manicure em casa); as 8 outras esposas não têm emprego.

na sua estrutura social, um lugar previsto para eles. Isto é: um lugar que os distinga das outras famílias de trabalhadores assalariados (de empresas comerciais, de transporte, do porto ou das indústrias tradicionais). Assim se expressa, nessa "problemática" de posição, a "novidade" do "novo" operariado no antigo bairro.

No que concerne a suas práticas residenciais, alguns conseguem, através da herança, do casamento ou de relações extrafamiliares, os meios que lhes permitem assentar-se nos espaços "residuais" das famílias do largo ou do grupo "intermediário". Ou seja: eles reformam rapidamente casas que eram de taipa, quando foram compradas, ou constroem uma casa própria no fundo do quintal de uma "casa da frente".

Enquanto não existe um "lugar" social e espacial correspondente ao novo status que eles introduzem no bairro — situação que os levaria logicamente a procurar outros bairros residenciais — muitos estão fortemente inseridos no bairro enquanto "moradores". Têm afixados nas famílias "equilibradas" e "carentes" das avenidas, participam das "turmas" do bairro e da vida associativa local.

Os trabalhadores das indústrias do Pólo, do CIA e da Petrobrás representam uma parte importante dos participantes das equipes de futebol do bairro, como aparece na listagem abaixo dos participantes do último torneio promovido pela Liga local: num total de 123 participantes que podemos identificar, sendo 91 trabalhadores: 22 (24,2%) trabalhavam no Pólo, CIA ou Petrobrás; 6 (6,6%) em indústrias tradicionais e de construção; 33 (36,2%) no comércio, bancos ou transportes; 24 (26,4%) em serviços (oficinas, vigilância, etc); e 6 (6,6%) na administração pública.

Ademais, muitos deles participaram da montagem do bloco carnavalesco do bairro e são conhecidos pelos apelidos que eles ganharam há muito tempo nas suas "turmas", que continuam com a mesma composição heterogênea no que se refere à ocupação de seus membros.

Essa inserção nas redes locais e, conseqüentemente, a identidade quase étnica que aí encontram (produto de uma socialização onde os laços pessoais permeiam a organização social) determinam as tentativas presentes de criar para suas famílias um lugar residencial próprio, por entre os espaços tradicionais dos grupos intermediários e do "alto".

Mas as suas necessidades de um novo "estilo de vida" introduzem, então, práticas inusitadas no local; comprar, reformar, e modernizar as casas com muito mais rapidez do que os outros; encher as casas de signos de status e modernidade (aparelhos eletrodomésticos, televisores em cores e vídeo-cassete), saturar a sala com móveis — às vezes de estilo "antigo", mas, mais freqüentemente, com móveis "modernos" de madeira de pinho.

Essa acumulação de despesas, que visa compor famílias de uma nova ordem, se integra simultaneamente ao conjunto dos símbolos da diferença social que se impõe sobre esse meio "popular". A "disponibilidade" para pensar um projeto de família, para conceber as estratégias de despesas de acordo com esses projetos, e para realizar essas despesas, lhes confere um peso específico na recomposição da ordem de

status no bairro. Desse ponto de vista, os "novos operários" exercem uma certa "liderança" na reorganização das relações sociais nos bairros populares da cidade.

4. OUTROS ESPAÇOS

Localizado social e espacialmente no "lado da baía", o bairro da Liberdade teria tendência a "rebaixar" o status das famílias desse novo segmento operário ao nível dos outros trabalhadores assalariados e a mantê-lo num sistema de relações sociais cuja "familiarização" perdeu um pouco de sua funcionalidade na organização doméstica das "novas" famílias.

Enquanto isso, a reorganização urbana, que se desenvolveu paralelamente ao desenvolvimento industrial e econômico da região, oferece espaços "prontos" para esses trabalhadores. Principalmente em alguns bairros do "lado da orla" (Pituba, Amaralina, STIEP) e nos conjuntos habitacionais da periferia do "Miolo".

Tabela 4: Mobilidade residencial dos assalariados do Pólo oriundos do bairro da Liberdade

Mobilidade residencial'	N° abs.	%
Ficaram na Liberdade Saíram da Liberdade Total	57	52,8
Orientação da mobilidade residencial:	51	47,2
Outros bairros do "lado da baía"	108	100,0
Bairros do "lado da orla"	06	11,8
Espaços intermediários (inclusive "Miolo")	17	33,3
Total	23	45,1
	(17)	(33,3)
	51	100,0

Fonte: Dados levantados em duas empresas do Pólo Petroquímico — Pesquisa ORSTOM/CRH, 1987.

De fato, as "decisões" individuais de reorientação urbana das famílias são praticamente pré-definidas dentro de poucas possibilidades. Dois tipos de questões "estratégicas" se movem nesses limites. Uma confronta os pesos relativos, por um lado, da inserção social em sistemas de relações locais — e seus códigos "quase-étnicos" e "quase-familiares" — e, por outro lado, da inserção nos referenciais profissionais, ideológicos e estatutários da vida fabril.

Mas os trabalhadores não têm disposições iguais para poder identificar-se com a "modernidade" da nova coletividade industrial baiana. As suas trajetórias levam-nos a formas diferenciadas de inserção indus-

trial e de auto-identificação (Agier e Castro, 1989; Guimarães e Agier, 1990). Essa confrontação de posições sociais na fábrica e no bairro atravessa a formação global da identidade social dos trabalhadores. Ela se traduz, entre outras coisas, na *imobilidade* residencial de mais da metade dos trabalhadores que morava no bairro da Liberdade no momento do seu ingresso nas duas empresas do Pólo já referidas e que continuam morando no mesmo bairro agora. (Tabela 4).

Uma segunda questão "estratégica" se coloca na determinação dos bairros de destinação para aqueles que optam por sair do seu bairro. Por um lado, os bairros do "lado da orla" estão mudando de caráter. Há poucos anos definidos como bairros de classe média, eles são progressivamente ocupados pelos trabalhadores das indústrias "dinâmicas" que fazem deles lugares prediletos de ascensão social. Daí o qualificativo polêmico de "dormitórios do Pólo" dado a esses bairros¹¹. De fato, se desenha no lado da orla, uma correspondência entre uma identidade profissional explícita nos estratos superiores dos trabalhadores do Pólo e seu posicionamento urbano.

Para os trabalhadores vindos de bairros populares e pertencendo aos estratos inferiores da mão-de-obra das indústrias dinâmicas, os bairros de classe média e alta continuam de acesso difícil. Ir morar num apartamento de um conjunto habitacional na periferia do "Miolo"; mudar, por conseguinte, o quadro de vida familiar; realizar, assim, um *distanciamento* geográfico e social das redes familiares e extra-familiares de socialização; e encontrar-se lá junto a outras famílias trabalhadoras cuja condição de classe é semelhante (inserção no mercado de trabalho, nível de renda, nível de escolarização, estilo de vida, tipo de organização familiar); essa é a figura tendencialmente dominante da mobilidade residencial do novo operariado saído da Liberdade.

Os fracassos de tais tentativas de mobilidade, resultando na volta de algumas famílias para seu bairro de partida — por causa do afastamento e do isolamento desses conjuntos — indicam que, para aqueles que continuaram nesses novos espaços, a "escolha" foi apenas a incorporação, consciente ou não, dos vários determinantes objetivos que analisamos aqui.

A distribuição da mão-de-obra industrial pela malha urbana da Região Metropolitana opera um ordenamento dos determinantes locais da formação de grupos diferenciados de status entre o novo operariado baiano. Deveria acrescentar-se, assim, ao modelo fornecido pela relação entre o "lado da baía", o "lado da orla" e a periferia dos conjuntos habitacionais do "Miolo", a cidade "segregada" de Camaçari (Pinho, 1989). Seria possível, então, estabelecer as correspondências objetivas entre essas quatro "figuras" urbanas, por um lado, e os vários níveis

¹¹[O Pólo] fez da cidade um dormitório das fábricas do Pólo, com bairros inteiros, como a Pituba, crescendo freneticamente para atender às novas exigências de morada" (Depoimento do prefeito de Salvador, *Senhor*, 27/06/88, p22, em: (Castro, 1988: 30).

de integração profissional, por outro lado, para esclarecer, enfim, as posições distintas, nas hierarquias de status social que produzem as marcas "culturais" do novo operariado, dos trabalhadores localizados nesses diferentes espaços urbanos e profissionais.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Richard N.
1989 *Internal and external ethnicities with special reference to Central América*. Texas: University of Texas. (Paper nº 89-3)
- AGIER, Michel.
1990 a) Lógica da diferenciação social: notas sobre as trajetórias profissionais no novo operariado baiano. *Caderno CRH*. Salvador: CRH/UFBA, nº 12, p. 97-109.
- AGIER, Michel.
1990 b) Le sexe de la pauvreté: hommes, femmes et familles dans une "avenida" à Salvador de Bahia. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, Maison des Sciences de L Homme. n. 8. p. 81 — 112.
- AGIER, Michel, CASTRO, Nadya Araujo.
1989 Et d'ici cinq ans crier: liberté! Projet ouvrier et destins personnels parmi les travailleurs et les leaders syndicaux de la nouvelle industrie de process à Bahia (Brésil). *Pratiques Sociales et Travail en Milieu Urbain/Biographie et Société*, Paris:
ORSTOM Association Internationale de Sociologie. n: 11 n: 13. p. 3-32.
- ALTHABE, Gerard
1987 Lethnologue. lentreprise. la société industrielle. Bulletin de l'Association Française des *Anthropologues*, Paris: AFA nº 26/27 p. 31-45. (Entretien avec Gérard Althabe. réalisé par Monique Selim).
- AZEVEDO,- Thales
1959 Classes sociais e grupos de prestígio. In: _____ *Ensaio de antropologia social*. Salvador: UFBA, p. 103-120
- AZEVEDO, Thales
1966 Família, casamento e divórcio. In: _____ *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 109-139. BARTH, Frederick (ed) 1969 *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Boston: Little Brown. BOURDIEU, Pierre
1966 Condition de classe et position de classe. Trad. In: _____ *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 3-25. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1980 Identidade e estrutura social. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº 78, p. 243-263. CASTRO, Nadya Araujo
1988 Novo operariado, novas condições de trabalho e novos modos de vida nas fronteiras do moderno capitalismo industrial brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, Olinda. *Anais... Beto Horizonte*: ABEP, v. 2, pp. 437-482.
- CONDER. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.
1982 Estudos de transporte especial da RMS. In: _____ *Estudos de Transporte Metropolitano*, Salvador: GETRAN/CONDER, v. 8.
- DA MATTA, Roberto.
1985 *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio, AGIER, Michel.
1990 Identidades em conflito: Técnicos e peões na Petroquímica da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS. nº 13: p. 51-68.

62 Michel Agier

HANNERZ, Ulf

1983 *Explorer la ville: elements d'anthropologie urbaine*. Paris: Ed. Minuit. **PINHO, José Antonio** 1989 Segregation, peripheral capitalism and authoritarian state: a case study in Brazil. In: **URBAN CHANGE AND CONFLICT CONFERENCE, 7, Bristol.**

SANTOS, Milton et al

1988 **O retrato** fiel (legendas baianas). *Revista da Bahia*, Salvador, p. 4-13.